

XXXIV REUNIÃO ORDINÁRIA DE PONTOS FOCAIS DE COOPERAÇÃO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA - CPLP

Lisboa, 28, 29 e 30 de março de 2017

1. Sessão de Abertura

As saudações de boas-vindas foram transmitidas pelo Senhor Chefe da Missão do Brasil junto da CPLP, Embaixador Gonçalo Mourão e pela Senhora Secretária Executiva da CPLP, Maria do Carmo Trovoada. Nesta ocasião, usou ainda da palavra a representante da ABC, Alessandra Ambrosio, Ponto Focal de Cooperação do Brasil (PFC BR) e Coordenadora da Reunião.

O Embaixador Gonçalo Mourão deu as boas vindas aos participantes na Reunião (lista de participantes - **Anexo I**) e expressou a importância da mesma no contexto da organização bem como da temática da cooperação tanto para o Brasil como para a Presidência Brasileira da CPLP, como demonstrado pela agenda nutrida e ávida que a reunião se propõe a cumprir. Destacou a relevância do alinhamento da CPLP com os ODS e o compromisso dos Estados Membros em desenvolverem esforços para o cumprimento da ambiciosa agenda internacional em curso, tendo realçado o facto do Brasil a ter inscrito como tema da sua Presidência *pro tempore*.

Seguidamente a Senhora Secretária Executiva da CPLP usou a palavra, saudando os presentes e aproveitando o momento para destacar o crescimento sustentado do pilar cooperação da CPLP. Identificou que este representava uma das principais imagens de marca da Organização, pela visibilidade crescente e efeito catalisador que vem projetando para a CPLP como um todo. Enalteceu também o grau de amadurecimento da capacidade de intervenção dos Pontos Focais de Cooperação (PFC) e do próprio Secretariado Executivo da CPLP, a par do esforço de harmonização e coordenação com os pontos focais das Reuniões Ministeriais Setoriais e respetivos Secretariados Técnicos Permanentes, que considerou relevante e necessária para reforçar os níveis de apropriação e responsabilidade conjunta dos Estados Membros.

Na sua intervenção, a Senhora Secretária Executiva da CPLP referenciou aspetos significativos sobre o pilar cooperação, destacando:

- O alinhamento das ações dos PFC e das reuniões setoriais, em consonância ao preconizado pela Visão Estratégica;
- Que a cooperação tem um potencial que não deve ser desperdiçado;

- Que a CPLP demonstra, no âmbito da cooperação, ter capacidade instalada, com potencial de estabelecimento de novas parcerias que promovam a adaptação dos processos aos novos contextos, reconhecendo-se a necessidade de observância dos ritmos próprios de cada Estado Membro e dos contextos específicos;
- A necessidade de aprimoramento dos focais, buscando-se a transversalidade, a maior coerência e harmonização;
- A pertinência de uma maior coordenação entre os PFC, as reuniões setoriais, os Observadores Consultivos e os Observadores Associados.

2. Aprovação da Agenda

A proposta da Agenda foi colocada à consideração dos PFC, tendo sido sugerida a introdução de um novo ponto 6.3., visando a apresentação aos PFC dos resultados da reunião para a criação de uma rede de PF para os ODS. A agenda aprovada consta do **Anexo II** do Relatório.

A Coordenadora da RPFC observou a mudança proposta pelo Secretariado no enunciado do item 4. Usualmente esse item, no âmbito do qual são apresentados os relatórios financeiros e o estágio de execução do projeto, tem sido denominado como “Programa Indicativo de Cooperação”. A proposta do SECPLP de que o mesmo figure como “Projetos e Ações Pontuais seguidas pelo SECPLP” reflete o fato da não existência de um programa indicativo efetivo, com propostas identificadas e recursos já previstos. A Delegação brasileira propôs a renomeação do referido item como “Projetos e Ações Pontuais executadas em parceria com o SECPLP”.

3. Ponto de Reflexão:

- 3.1 Continuação do processo de reflexão sobre o reforço das atribuições dos Pontos Focais de Cooperação**
- 3.2 Proposta de articulação temática e operacional entre os PFC e os PF Sectoriais na aprovação de atividades**

Durante um dia e meio a RPFC dedicou-se a dar seguimento ao exercício iniciado em Brasília, denominado "Reflexão sobre a Efetividade das Atribuições dos Pontos Focais de Cooperação da CPLP". A primeira atividade promoveu um debate sobre os aspetos que traziam satisfação ao trabalho dos Pontos Focais de Cooperação. Com isso, buscou-se compreender em quais momentos havia maior identificação e sentimento de pertença com relação a atuação dos PFC, ou seja, em quais momentos se sentia a efetividade das suas intervenções.

Na sequência, o grupo passou a trabalhar no mapeamento dos interlocutores dos Pontos Focais de Cooperação, procurando compartilhar as diferentes compreensões sobre os desafios e oportunidades para a interação dos PFC com estes grupos, a saber: Missões junto a CPLP, Organizações internacionais, observadores consultivos, instituições com projetos aprovados na RPFC CPLP, organização da sociedade civil reconhecidas, direção de cooperação do secretariado executivo da CPLP, secretariado técnico permanente, instituições governamentais que se reúnem, mas que não estão no quadro orientador da CPLP; Ministérios Setoriais Nacionais.

A atividade permitiu o referido mapeamento bem como a franca troca de impressões sobre questões em aberto e expectativas nacionais e comunitárias em relação ao papel dos Pontos Focais em relação a cada interlocutor

No final do exercício, foi apresentada a proposta de articulação temática e operacional entre os PFC e os PF sectoriais para a aprovação de atividades, desenhada pelo Secretariado Executivo da CPLP (**Anexo III**).

No seguimento desta reflexão de dia e meio, o Diretor de Cooperação, fez um pequeno apanhado notando que se tratava de um seguimento do exercício iniciado em Brasília, recuperando a deliberação de 2011 e a resolução de fortalecimento dos PFC. Observou que este era uma reflexão que vinha acompanhando o crescimento do pilar de cooperação. E assim, considerou que era importante encontrar um momento para a concluir. Nesse sentido sugeriu a realização de um seminário, para concentrar esforços de forma específica, não realizando o debate em sede de PFC. Assim seria dedicada uma reunião só para esta reflexão. Como resultado, poderia elaborar-se um “manual” que compilasse e servisse como roteiro, sistematizando o debate e as conclusões, apontando um modelo de trabalho que serviria de guião para os que chegavam de novo. Expressou a sua crença em que este exercício seria bem enquadrado na visão estratégica, robustecendo a capacidade da cooperação para apoiar o pilar político diplomático. Frisou que para o exercício ter sucesso teriam de ser os PFC a participar no mesmo. Lançou a proposta que eventualmente Brasil e Portugal pudessem cofinanciar a iniciativa.

A consultora Joana Amaral acrescentou que, tendo ficado diversos pontos em aberto, e registando-se vontade dos PFC que fosse realizada mais uma atividade que produzisse conclusões concretas na forma de um Manual de procedimentos e gestão, a proposta de realização de um encontro em sistema de Retiro poderia ir ao encontro desses objetivos. Revelou ainda que pretendia conduzir entrevistas individuais no seguimento da reflexão.

A representante de São Tomé e Príncipe apoiou a iniciativa, concordando que haviam ficado coisas por concluir.

O Ponto Focal de Timor-Leste (PFC TL) considerou que seria uma atividade útil, que permitiria a todos aprofundar o conhecimento do pilar de cooperação. Disse que o caminho estava traçado, e que não poderíamos não o levar até ao fim, pelo que não tinha objeção.

O PFC PT concordou que para a iniciativa ter sucesso, a participação dos PFC e de representantes políticos, com poder decisório, oriundos do CCP seria crucial, no sentido de obter decisões e resultados concretos. Manifestou abertura quanto à possibilidade de cofinanciar o exercício, solicitando que o SECPLP elaborasse um documento base com objetivos do mesmo.

O PFC CV alinhou com a ideia de que se deveria finalizar exercício e obter resultado do que se havia iniciado.

O representante de Moçambique também expressou a sua concordância.

A Coordenadora avançou que seriam então preparados TdR para a realização do seminário e disse que iria verificar a possibilidade de um cofinanciamento por parte do Brasil.

DELIBERAÇÃO Nº 1

- Foi decidido continuar o processo de reflexão num Seminário especificamente convocado para o efeito, onde os próprios PFC deveriam estar presentes;
- O Secretariado Executivo deveria apresentar e articular proposta de TdR com a Presidência, bem como data e local para realização do Seminário.

4. Projetos e Ações Pontuais seguidas pelo SECPLP

4.1 Execução Financeira em 2016

O Diretor de Administração e Finanças, Macsud Ismail apresentou uma síntese da execução dos recursos financeiros em 2016 (**Anexo IV**), passando em revista as grandes linhas da execução desse ano para dar uma visão de conjunto das mesmas entre 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2016 e fazendo a respetiva análise financeira.

O DC aproveitou o ensejo para informar que o SECPLP tinha uma proposta de aproveitamento de fundos disponíveis que, em 2013, após aprovação pelo CCP, foram alocados para a realização de um seminário entre PFC e PF Setoriais, pensado originalmente para ajudar a preparar uma posição CPLP na discussão em torno da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Estando esse desiderato ultrapassado, o SECPLP havia ponderado que esses recursos pudessem reverter para um seminário de reflexão entre os PFC e o SECPLP, com o objetivo de concluir a reflexão iniciada em Brasília e que prosseguira nesta XXXIV RPF. Indicou que a realização desta atividade poderia comprometer recursos em torno de 40.000€, incluindo todos os encargos com a participação dos PFC e SECPLP (viagem, alojamento e alimentação). Recordou em seguida que o valor disponível do seminário originalmente previsto era pouco superior a 21.000€.

No seguimento deste ponto de agenda, o PFC PT comunicou que concordava com a proposta de reafectação de verbas no âmbito da cooperação bilateral em tempo proposta pela DIRCOOP para análise de Portugal, exceto em três pontos, mas que formalizaria por escrito essa proposta. Sugeriu que para a realização do seminário de reflexão dos PFC, face à diferença de valores entre o montante do seminário com os PF setoriais e o valor previsto para esta atividade de reflexão pudessem ser utilizados os recursos livres existentes, sugestão aprovada por todos os PFC

4.2 Quadro de Execução de Projetos e Ações Pontuais financiados pelo Fundo Especial da CPLP

O DC, conforme procedimento convencionado, passou em revista o conjunto de atividades constantes do PIC, fazendo um ponto de situação sobre cada um deles, tendo por base o Quadro de Execução de Projetos e Ações Pontuais financiados pelo Fundo Especial da CPLP (**Anexo V**).

O primeiro projeto abordado foi o projeto de **Apoio ao Desenvolvimento da Produção de Artesanato em São Tomé e Príncipe - Fases II e III** (PR41/LB/11), tendo o DC notado que apesar de tecnicamente executado, a entidade executora pretendia regressar ao terreno para avaliar o impacto e sustentabilidade da atividade, missão essa prevista para Abril. Aditou que ainda se estava a refletir sobre como elaborar uma estratégia de saída, que pudesse garantir maior sustentabilidade ao projeto.

Passando para o projeto seguinte, **Capoeira: formação técnico-profissional e cidadania** (Pr49/LIS/12), afirmou que também este projeto se encontrava concluído, mas que em virtude das manifestações de interesse de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, e da disponibilidade de recursos afetos ao projeto, se manteve o projeto no PIC, ponderando a possibilidade de se poderem realizar visitas exploratórias aos Estados que manifestaram intenção no acolhimento da iniciativa.

A Coordenadora informou que o Brasil havia recebido em Janeiro os relatórios financeiros do projeto, o que lhes permitira ficar com uma ideia mais exata do valor despendido com a atividade, tendo esta sido percecionada e avaliada pela ABC como muito dispendiosa. Indicou que os recursos afetos ao projeto e disponíveis para novas ações totalizavam 178.000€. Informou, ainda que tendo em conta a avaliação feita, o Brasil considerava muito relevante que os Estados Membros que estivessem interessados no projeto pudessem avaliar internamente contrapartidas que pudessem ajudar a compor o desenho da atividade e, de antemão, pudessem também procurar a indicação de uma instituição âncora que estivesse em condições de acolher e acompanhar o projeto no respetivo país. Como tal, destacou a relevância de se identificarem recursos locais que pudessem ser inseridos no projeto e solicitou que esses Estados Membros pudessem trazer ideias de instituições e de aportes ao projeto para que em conjunto fosse avaliada a possibilidade do projeto ser implementado.

O Ponto Focal de Cooperação da Guiné-Bissau (PFC GB) informou que o seu país continuava interessado. Disse também que o assunto fora tratado a nível ministerial e que

havia uma expectativa de uma renovação dessa manifestação de interesse com a identificação de uma entidade nacional que pudesse acompanhar o projeto.

O representante de Angola disse que registara a preocupação do Brasil e que levaria às instâncias competentes para poder ter reagir em consonância.

A Diretora Geral do Secretariado Executivo afirmou que o que estava em causa era uma preocupação geral, relacionada com a questão da sustentabilidade e com a possibilidade de perda dos investimentos. Assim, sublinhou a importância de se anteciparem essas preocupações, ancorando localmente as atividades para que aquando da sua conclusão possa haver um seguimento natural das mesmas. Reforçou que assim se evitava a quebra de expectativas que por vezes ocorria aquando do término dos projetos.

O PFC PT usou da palavra para manifestar a sua concordância e salientou a importância que também Portugal estava a conferir à questão da sustentabilidade e da previsão de estratégias de saída para os projetos.

DELIBERAÇÃO Nº 2

- Foi decidido que os Estados Membros que estivessem interessados no acolhimento do projeto deveriam previamente identificar uma instituição de acolhimento que estivesse em condições de acompanhar o projeto e avaliassem internamente a identificação de contrapartidas que permitissem viabilizar a execução do projeto no terreno, assegurando a sua sustentabilidade futura.

Em seguida o DC abordou o projeto **Rede de Instituições Públicas de Educação Superior (RIPES) para a Cooperação na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (Pr52/MAP/12)**, destacando que entre novembro de 2015 e dezembro de 2016, no seguimento de uma reunião entre o SECPLP e a Coordenação Geral da RIPES, o Secretariado Executivo desenvolveu um intenso processo de coordenação com a UNILAB e ABC com o objetivo de revisão do projeto, tornando-o mais objetivo, sustentável e alinhado com as decisões e prioridades definidas pelos órgãos superiores da CPLP, nomeadamente com o Plano Estratégico para o Ensino Superior, Ciência e Tecnologia na CPLP, bem como com agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, em particular com os ODS. Disse ainda que durante o ano de 2016 se realizaram Missões de prospeção a Timor-Leste, São Tomé e Príncipe e Angola, que permitiram sedimentar os contactos feitos com os Pontos Focais de cada país e efetivar contactos com outras instituições. Terminou informando que a II Reunião de Pontos Focais do Projeto RIPES tivera lugar nos dias 21 e 22 de Março de 2017, tendo este evento marcado o encerramento da I fase do projeto, estando ainda a aguardar o envio do Relatório dessa Reunião. Nesta ótica, considerou que o processo de revisão da atividade configuraria, na prática, um novo projeto.

O Prof. Edson Borges, Coordenador do Projeto RIPES na UNILAB, usou da palavra para explicar que nesta II Fase se tornava imperativo rever o projeto no seu todo, o que estava já em curso. Esta revisão implicaria uma redefinição na forma de gerir o projeto, para haver uma maior incorporação dos Pontos Focais, as instituições de ensino superior,

ganhando uma maior participação na execução dos eixos. A revisão implicaria também elaborar os Estatutos da Rede e rever o seu Regimento Interno, exigindo-se uma participação intensa das instituições parceiras.

A Ponto Focal da Guiné-Equatorial (PFC GE) interrogou sobre como poderia o seu país participar nesta Rede.

O Prof. Edson Borges esclareceu que deveria ser feito um Acordo de Cooperação entre a UNILAB e a Guiné-Equatorial e que deveria ser designada uma instituição equatoguineense que pudesse ser Ponto Focal para integrar a RIPES.

O DC avançou para o projeto Legis-PALOP, **Base de Dados Jurídica da CPLP – Fase IV – Prolongamento** (Pr53/MAP/12), informando que, no final de 2016, foi comunicada a aprovação de financiamento, pelo Camões I.P. Esta nova etapa permitiria dar continuidade da ação e o reforço da consolidação da Fase IV, vista como necessária para assegurar o desempenho pleno das funções da Unidade Técnica Operacional e de Gestão Regional (UTOG-R), fortalecendo a capacidade de intervenção da UTOG-R para que esta possa ganhar maior autonomia e promover a cooperação entre as unidades técnicas nacionais, cimentando a cooperação entre os países (sul-sul) e avançando para a autossustentação financeira do sistema.

A entidade executora do projeto, a empresa Ecosphere, fez uma breve apresentação do projeto, destacando a questão sustentabilidade, salientando que no caso do Legis-PALOP tal havia sido bem resolvido existindo uma real participação das estruturas nacionais, com as unidades nacionais a assumirem responsabilidade no aumento de licenças. Salientou alguns problemas no relacionamento com a entidade nacional na Guiné-Bissau, em função da conjuntura sentida naquele país, o que se revelara complicado sobretudo porque deveria ter assumido a coordenação da rede e a responsabilidade por acolher a próxima reunião. Acrescentou que durante esta fase se pretendia incluir Timor-Leste no projeto, havendo diligências em curso nesse sentido, estando a aguardar apenas o aval do Ministério da Justiça e ainda que iria ser estudado o alargamento a novos Estados Membros, designadamente à Guiné-Equatorial.

O PFC GB esclareceu a posição do seu país, afirmando também que caso não houvesse resposta que se pudesse passar a coordenação da rede para outro Estado Membro.

O PFC TL felicitou a continuidade do projeto e a iniciativa de o estender ao seu país. Informou que o Ministério dos Negócios Estrangeiros iria envidar esforços para o seguimento apropriado e para que o Ministério da Justiça pudesse dar luz verde para iniciar as atividades do projeto em TL, esperando que tal pudesse ocorrer antes da próxima RPFC, em julho de 2017.

A PFC GE disse que via com bons olhos a possibilidade do projeto ser implementado na Guiné-Equatorial e também que acreditava que o Ministério da Justiça também o visse dessa maneira. Desse modo, indicou que iria apresentar o projeto ao Ministério da Justiça.

O PFC PT felicitou o trabalho desenvolvido no âmbito do Legis-PALOP, destacando a sua relevância, designadamente para a criação de um melhor ambiente de negócios, e aproximação do conhecimento normativo dos diferentes Estados Membros da CPLP. Afirmou se por isso que Portugal havia decidido apoiar o projeto através do Projeto de Apoio à Consolidação do Estado de Direito nos PALOP e Timor-Leste (PACED), com financiamento da UE.

Seguidamente foi feito um ponto de situação relativamente ao Projeto de **“Fortalecimento da Capacidade Política e Institucional de Agentes Governamentais e Não-governamentais para a Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência nos Países da CPLP”** (Pr56/LIS/13), tendo o DC recordado que o projeto se iniciara em 2014, tendo já sido implementado em Moçambique, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe e que após um ano e meio de interregno, se esperava que, em 2017, pudesse ser implementado nos países para os quais se encontravam programadas missões, designadamente Guiné-Bissau, Angola e Timor-Leste.

A Coordenadora esclareceu que, durante o ano de 2016, haviam ocorrido alterações na estrutura da entidade executora que condicionaram o desenvolvimento das atividades previstas. Notou, também, alguma dificuldade em articular com as instituições guineenses para encontrar um momento oportuno para realizar as missões previstas. Aproveitou para solicitar aos Estados Membros onde ainda estaria para ser implementado o projeto, que pudessem sensibilizar as suas estruturas para o acolhimento das missões do projeto a ocorrer em 2017. Informou ainda da possibilidade de ser realizada uma missão de prospeção à Guiné-Equatorial, embora tal não estivesse contemplado no projeto, mas que para uma eventual capacitação tal não seria possível, salvo se tal pudesse ser suportado pela Guiné-Equatorial.

O projeto **Apoio à Gestão e Monitoramento de Recursos Hídricos nos Países da CPLP** (Pr57/LIS/13) foi apresentado pelo Eng. Luiz Amore, que começou por notar que o projeto se iniciava com um enorme hiato desde que fora concebido. Explicou que por isso, do ponto de vista técnico-institucional, o projeto estaria desatualizado por mudanças ocorridas no período. Não obstante, realçou o interesse do Brasil em dar seguimento ao projeto, considerando as atualizações e ajustes pertinentes. Considerou que haveriam questões administrativas a serem avaliadas por se tratar de um projeto que permanecera parado durante 4 anos e cujos recursos já haviam sido transferidos. Recordou o histórico da criação projeto, juntando diferentes interlocutores responsáveis pelos recursos hídricos dos Estados Membros da CPLP, ponderando a possibilidade de se repetir esse exercício, que fora subjacente à criação do projeto, para assim poder realizar novamente um exercício conjunto que identificasse linhas de ação que permitissem desenhar um projeto atualizado.

O DC concordou que o melhor caminho seria reunir de novo esses responsáveis e atualizar o projeto.

O Ponto Focal de Cooperação de Cabo Verde (PFC CV) expressou a sua concordância com o procedimento sugerido, salientando que a realidade Cabo-verdiana havia mudado muito nos últimos 4 anos.

Em seguida o DC fez um ponto de situação relativamente ao **Programa de Capacitação dos Sistemas Estatísticos Nacionais PALOP e TL - Fase 3** (Pr62/DIL/14 - prolongado até setembro de 2017), informando que a fase III do projeto recuperou o atraso verificado nas fases precedentes e que o projeto decorria a um ritmo normal. Sublinhou o alargamento da duração das visitas de trabalho ao INE e o incremento do número de missões de assistência técnica. Das 15 ações previstas para realização em 2016, foram concretizadas 13, tendo duas delas sido adiadas para 2017, por motivos técnicos, tendo em vista otimizar o desenvolvimento dos trabalhos nos países envolvidos. Não obstante o adiamento destas duas ações, a execução técnica decorreu de acordo com o previsto em 2016, apresentando um grau de realização de 87%.

No que concerne ao projeto **Intervenções de Alto Impacto: Saúde Comunitária em Quinara 2014-2016** (Pr63/LIS/15), o DC sugeriu que não tendo sido possível implementar o projeto e que já não sendo possível fazê-lo, a atividade fosse retirada do PIC e que o valor a este alocado transitasse para os recursos sob reserva de consignação futura de Portugal.

O PFC PT informou que comunicaria uma decisão de forma oficial sobre os recursos alocados ao projeto.

Seguidamente o DC fez um ponto de situação relativamente ao **Programa de Capacitação dos Laboratórios de Engenharia dos PALOP - Fase VII - 2015-2016** (Pr68/DIL/15) relatando que as atividades prosseguiram a lógica de intervenção das Fases anteriores, desdobrando-se em ações de formação, assistência técnica bem como de apoio à aquisição de documentação e equipamentos.

O ponto de situação sobre o projeto seguinte, **Portal Conexão Lusófona** (Pr72/LIS/16), foi apresentado por membros da Conexão Lusófona, que procederam a um balanço do projeto, notando que o relatório final estaria a ser finalizado. Relataram a boa execução da atividade, indicando que o projeto tinha sido adaptado para fazer face aos constrangimentos verificados. Afirmaram que os resultados do projeto eram extremamente positivos, que haviam logrado atingir uma camada importante da juventude e que haviam começado a expandir os horizontes, não se circunscrevendo apenas à comunicação digital mas também fomentado debates, entrevistas e mesas redondas. Realçou o alinhamento do projeto com o Plano Estratégico da Juventude da CPLP e com os ODS. A este propósito recordou que o projeto tinha como objetivo final apropriação da visão estratégica pelas comunidades e pelos jovens. Sublinhou que o projeto havia dado mostras de resiliência, mas que a cooperação com os EM não tinha sido fácil, pelo que apelou ao maior envolvimento, nomeadamente de Cabo Verde e da Guiné-Bissau, aproveitando para agradecer a este último pelo apoio manifestado. Concluiu, veiculando a intenção de reforçar o projeto para uma nova fase em 2018.

O PFC GB reiterou a sua disponibilidade para continuar a apoiar o projeto no seu país, afirmando que o governo daria apoio institucional e logístico quando possível ao mesmo.

O PFC CV notou que o Ministério Cultura de Cabo Verde em 2015 e 2016 expressara o seu apoio e deixou indicação que continuaria a apoiar.

O PFC TL congratulou a Conexão Lusófona pelas atividades desenvolvidas, informando que desde o início Timor-Leste apoiara a iniciativa, tendo aproveitado a oportunidade para reiterar esse apoio.

O PFC PT registou o mérito da iniciativa e congratulou-se com a dinâmica dos jovens em torno do projeto. Apelou ainda a que os apoios se pudessem materializar de outras formas para que o projeto tivesse maior dimensão noutros EM.

O DC apresentou em seguida o estado de execução do projeto **PLATAFORMA SKAN CPLP - mecanismo de partilha de conhecimento e tecnologia entre os Estados membros da CPLP para o desenvolvimento do sector agroalimentar - 2ª Fase (Pr73/BRA/16)**, informando que a primeira fase do projeto se concluíra em dezembro de 2016, apresentando como principais resultados a criação da Plataforma SKAN-CPLP e da ferramenta de comunicação web a ela associada (www.skanplatform.org), o reforço das ligações internacionais e criação de parcerias com 12 instituições, o apoio ao desenvolvimento de estratégias para a promoção da inovação do sector agroalimentar para Angola, Cabo Verde e Moçambique e a capacitação de recursos humanos ao nível da inovação e partilha de conhecimento e tecnologia no sector agroalimentar. Com a primeira fase concluída, arrancou em fevereiro de 2017 a 2ª fase do projeto, estando ainda a aguardar a assinatura do Protocolo de financiamento.

Quanto ao **Programa de Capacitação dos Laboratórios de Engenharia dos PALOP - 2016-2107 - Fase VIII (Pr75/BRA/16)**, o DC informou que o projeto prosseguia as atividades da fase anterior e encontra-se em fase de preparação do seu arranque.

O projeto seguinte dizia respeito à **2ª Semana da Juventude da CPLP (PR74/BRA/16)**, tendo o DC reportado que a atividade não se havia realizado e que, tendo em consideração alguns constrangimentos manifestados por São Tomé e Príncipe, estariam em curso articulações para avaliar a possibilidade de a realizar noutro EM.

O último projeto a ser apresentado foi um dos projetos da Campanha “Juntos contra a Fome” designadamente o projeto: **Nutrição e saúde escolar em São Tomé e Príncipe: boas práticas a partir da infância**. O DC informou que se se tratava de um projeto que pretendia contribuir para a melhoria da saúde das crianças a partir do fortalecimento nutricional no universo escolar, através do reforço da produção interna de alimentos e da promoção das boas práticas ao nível da alimentação valorizando as culturas locais. Acrescentou que estava a ser implementado pela ONGD HELPO e ia no 7º mês de implementação, não tendo sido reportado até à data o seu grau de implementação.

Por manifesta impossibilidade de presença, os projetos seguintes, acompanhados pela DACLP, não foram alvo de reporte aos PFC durante a XXXIV RPFC:

- Portal do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia da CPLP
- Repositório Científico da CPLP / Portal de Acesso Aberto da CPLP

- Relançamento do INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa da Guiné-Bissau e Projeto de Formação do Pessoal e Reapetrechamento dos Serviços da Biblioteca Pública e do Arquivo Histórico Nacional
- TCTC: Terminologias Científicas e Técnicas Comuns da Língua Portuguesa

Passou-se, de seguida, para a apresentação de um ponto de situação relativo às ações pontuais (AP).

O DC relatou o estado de execução da AP **Assistência Técnica ao Centro de Informação em Proteção Social - CIPS - Fase IV (Ap41/DIL/15)**, informando que se tratava de uma atividade que tivera um financiamento adicional em julho de 2016 por parte de Portugal, que permitirá prolongar o seu período de execução até agosto de 2017, tornando-se necessário perspetivar a sua sustentabilidade futura e consolidar a apropriação, o que estava a ser trabalhado em conjunto com os Pontos Focais do CIPS, que se haviam reunido nos dias antecedentes à XXXIV RPFC.

Seguidamente referiu a AP **2016 - Ano CPLP contra o Trabalho Infantil (AP42/DIL/15)**, notando que esta Ação Pontual havia permitido ao longo de 2016 dar destaque ao tema em diversos momentos da vida da organização, considerando que representou uma boa iniciativa da Comunidade.

Por fim, o DC abordou a AP **Ação de Formação sobre o Combate ao Tráfico de Seres Humanos para Profissionais do Sistema de Justiça Penal em Angola (Ap43/LIS/16)**, afirmando que se tratava de levar a formação a mais um Estado Membro no seguimento da formação de formadores, realizada em setembro de 2012, na Sede da CPLP, e da Ação de Formação levada a cabo em São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau. Aditou que, em concertação com o OTSH, as autoridades guineenses e os parceiros internacionais UNODC e UNICEF, fora identificada a relevância de replicar o curso em Angola e que havia uma articulação em curso para compor a equipa de formação que deverá incluir de elementos de vários Estados Membros.

5. Propostas de Atividades

5.1 Apresentação de propostas

5.1.1 Projeto: Plano de Ética no Desporto na CPLP

O DC apresentou o projeto em função da indisponibilidade de entidade executora face ao atraso na agenda. Disse que o documento de projeto fora circulado e que a proposta era reforçada pelas cartas de apoio remetidas. Explicou que se tratava de uma atividade aprovada pela Conferência de Ministros da Juventude e Desportos da CPLP e que, nesse contexto havia recebido o aval das Direções Gerais do Desporto, posteriormente ratificado pela reunião ministerial. Afirmou também que estava alinhada com os objetivos da CPLP, designadamente com a Visão Estratégica e com os ODS.

Entrando em maior detalhe, explicou que o objetivo geral do projeto era a implementação do Plano de Ética no Desportiva nos Estados Membros da CPLP, tendo com objetivos específicos:

- Criação dos núcleos, enquadradas nas respetivas direções gerais do desporto;
- Constituição estruturada das equipas, que compõem os diversos núcleos de coordenação nacional;
- Formação, acompanhamento e apoio aos diversos núcleos;
- Formação para formadores em regime de tutoria, apoio e cooperação;
- Desenvolvimento de recursos pedagógicos;
- Operacionalização dos diversos eixos de ação do Plano de Ética no Desporto.

Notou que o projeto previa um forte envolvimento dos núcleos, e que como tal se esperava conseguir que os núcleos:

- Promovessem a temática da ética desportiva junto da população, sobretudo crianças e jovens;
- Possibilitassem a um conjunto alargado de instituições, clubes, associações, escolas, recursos, meios e atividades, destinados à reflexão da ética desportiva;
- Promovessem um conjunto de reflexões e de atividades junto da comunidade, de modo a que os valores éticos sejam compreendidos e vivenciados;
- Colocassem o tema da ética no desporto na agenda da comunicação social;
- Aproveitassem os momentos desportivos de maior relevo para divulgar a temática da ética no desporto.

Indicou que os beneficiários finais seriam:

- Diversos agentes que envolvem o fenómeno desportivo;
- Atletas, treinadores, professores, praticantes, árbitros/juízes, dirigentes desportivos, encarregados de educação, crianças e comunidade escolar;
- Comunidade de uma forma geral.

Quanto aos resultados esperados, destacou:

- Formação especializada de docentes e dos diferentes agentes desportivos. Educação para a ética: população em geral, com ênfase para os jovens, crianças, Pais/Encarregados de Educação;
- Incentivar a vivência dos valores éticos ao nível das diferentes modalidades e atividades desportivas, quer seja de âmbito formal ou informal;
- Publicações específicas e desenvolvimento de estudos científicos sobre ética no desporto. Criação de Portal web bem como outros instrumentos digitais dedicados à temática e ao Plano em concreto;
- Criação e implementação de vários concursos sobre ética no desporto no domínio das artes, jornalismo, literatura, novas tecnologias, fotografia, entre outras;
- Campanhas desenvolvidas pelos núcleos em eventos desportivos, canais televisivos, imprensa escrita nacional e regional, revistas, etc.

Informou que as principais ações previstas seriam:

- Coordenação com os Pontos Focais para identificação de recursos e necessidades;
- Criação dos núcleos nos diversos países;
- Constituição estruturada das equipas;

- Formação, acompanhamento e apoio aos diversos núcleos;
- Formação para formadores;
- Desenvolvimento de recursos pedagógicos;

Por fim indicou que o valor solicitado ao FE totalizava 59.360€.

A Coordenadora agradeceu a apresentação, mas questionou sobre qual a entidade responsável para efeitos dos procedimentos que teriam de ser cumpridos à luz do regimento do Fundo Especial da CPLP. Disse ainda que já havia submetido informação ao setor nacional responsável mas que ainda aguardava resposta. Nesse sentido indicou que condicionaria uma resposta sobre o projeto a uma indicação do setor nacional e à confirmação do envolvimento e compromisso da entidade responsável. Interrogou ainda alguns pontos relativos aos indicadores e ao aprimoramento e metas, em conformidade com o documento de projeto apresentado e sobre a relação com a UNESCO.

O DC esclareceu que se tratava de uma entidade de direito português, que funcionava sob tutela do Instituto Português de Desporto e Juventude, acrescentando que o envolvimento da UNESCO teria subjacente uma proposta de reproduzir a iniciativa, embora à data não tivessem sido identificados recursos para o efeito.

5.1.2 Projeto: Campanha Juntos contra a Fome

Neste ponto o DC explicou que, em conformidade com a informação veiculada à XXXIII RPFC, o SECPLP havia encontrado recursos para poder financiar aquele que seria o 4º projeto da Campanha Juntos contra a Fome, sendo que esse 4º projeto iria ser implementado em Moçambique. Com o financiamento desse 4º projeto, a Campanha já havia conseguido obter recursos para implementar projetos em Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e agora Moçambique. Referiu que os projetos em Cabo Verde e na Guiné-Bissau já haviam sido executados, registando um elevado grau de apropriação, que o projeto em São Tomé e Príncipe estava a ser executado e o de Moçambique iria arrancar. Perante este cenário em que já se encontravam financiados projetos nestes 4 Estados Membros, sugeriu que seguindo a listagem sequencial de projetos aprovados pelo júri, se retornasse à lista de projetos aprovados. Assim, tendo como base a classificação dada pelo júri, existiam agora dois projetos com a mesma pontuação, que passou a apresentar:

- Técnicas de Produção, Transformação e Conservação de produtos agro- Pecuários e empreendedorismo, a ser implementado em Cabo Verde, pela Plataforma das ONG;
- Apoio à consolidação e alargamento de Associações de jovens agricultores na Região de Cacheu, a ser implementado na Guiné-Bissau, pela Cooperativa Agropecuária de Jovens Quadros de Canchungo.

O PFC CV realçou a importância de projetos direcionados à agricultura como estratégia de combate à pobreza. Notou que em Cabo Verde, dada a escassez de recursos, era importante otimizar processos e tecnologias, e para tal era imprescindível a capacitação dos agricultores.

O PFC GB salientou o mérito de ambos os projetos pelo enfoque nas camadas desfavorecidas. Notou a relevância do projeto da Guiné-Bissau pelo enfoque no associativismo que, pelo grande impacto nas comunidades, valeria a pena apoiar.

5.1.3 Ação Pontual: IV Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa

Esta ação pontual foi apresentada pelo Professor Joaquim Ramos Pinto, da Associação Portuguesa de Educação Ambiental (ASPEA). Informou que o IV Congresso iria decorrer entre 17 e 20 de julho de 2017 na Ilha do Príncipe. Da sua apresentação destacou os seguintes objetivos da atividade:

- Promover a divulgação de projetos de investigação científica, a troca de experiências pedagógicas, a partilha de projetos comunitários e o reforço das redes nas áreas da Educação Ambiental para a Sustentabilidade, Cooperação e Desenvolvimento;
- Promover a cooperação entre atores educativos e técnicos das comunidades lusófonas capacitando-os para atuar ao nível das políticas de responsabilidade ambiental e de justiça social;
- Reforçar o papel político da Educação Ambiental para a Sustentabilidade, considerando a educação e o ambiente como a chave para a democratização da nossa casa comum, no sentido de promover novas formas de governança em diferentes tipos de organizações políticas e da sociedade civil através de metodologias participativas e de decisão democrática.

A PFC BR disse que tinha encaminhado uma comunicação relativamente ao apoio institucional à iniciativa para os ministérios do ambiente e da educação e que estava ainda a aguardar resposta.

A PFC GE expressou algumas dificuldades de articulação interna com os setores nacionais, informado que pretende partilhar relatórios do seu país com outros EM, designadamente em relação à área ambiental e a zonas protegidas. Sublinhou a relevância de priorizar as questões de riscos ambientais, de reforçar o levantamento de situação dos diferentes recursos naturais, gestão de recursos, áreas protegidas, florestas, educação ambiental, e campanhas de sensibilização.

O PFC GB informou que a Guiné-Bissau tinha no seu programa estratégico de desenvolvimento a biodiversidade como prioridade que ligava com todos os outros.

5.1.4 Ação pontual: CPLP por um Mar Limpo

A Associação Portuguesa para o Lixo Marinho (APLM) fez uma breve apresentação desta atividade de Mobilização para o estabelecimento de uma Parceria dos Países de Língua Portuguesa para o Lixo Marinho, que se encontra integrada no IV Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa.

Na sua apresentação, a APLM destacou como objetivos da ação:

- Prevenir e reduzir o Lixo Marinho;
- Sensibilização para os impactos globais do Lixo Marinho e potenciar novos agentes de mudança de comportamentos;
- Criação de um espaço de partilha de iniciativas e trabalhos desenvolvidos, numa perspetiva de aprendizagem mútua que promova de boas práticas e valores de cidadania e solidariedade;
- Dar a conhecer a proposta de Parceria dos Países de Língua Portuguesa para o Lixo Marinho e debater estratégias para o envolvimento dos diversos sectores da sociedade nesta Parceria;
- Desenvolver um plano de ação com medidas concertadas para a redução do Lixo Marinho nos EM da CPLP em conformidade com os objetivos da Parceria Global para o Lixo Marinho do Programa das Nações Unidas para o Ambiente.

Foi ainda apresentado o roteiro a seguir para alcançar uma Parceria dos Países de Língua Portuguesa para o Lixo Marinho:

- Sensibilização e coresponsabilização da sociedade civil para criar agentes de mudança de atitudes e comportamentos face à gestão de resíduos e ao lixo marinho;
- Promoção de valores de cidadania e solidariedade;
- Partilha de informação e conhecimento através de atividades formativas e de apoio técnico, bem como a elaboração, edição e divulgação de estudos e publicações relevantes sobre lixo marinho;
- Cooperação intergovernamental entre os países membros da CPLP.

Quanto às ações previstas no âmbito da atividade, destacaram-se:

- A Sessão Plenária sobre lixo marinho e os seus impactos na economia e recursos marinhos – divulgar o problema e envolver os participantes;
- A Oficina de Capacitação: “Soluções locais para um problema global” Incluindo ação prática de recolha de lixo marinho na praia e identificação da origem provável dos objetos encontrados no sentido de desenvolver medidas para sua redução na fonte;
- A Mesa Redonda: “Parceria dos Países de Língua Portuguesa para o Lixo Marinho - Proposta de roteiro”. Painel para partilha e debate sobre estratégias para implementação da parceria com os diversos sectores da sociedade e de boas práticas na área de gestão de resíduos em particular plásticos, focadas na redução do lixo marinho.

5.1.5 Projeto: Formação para a Inclusão Feminina - Projeto “É Hora”

O PFC GB apresentou esta proposta de projeto, cuja entidade proponente era a Rede das Mulheres Operadoras Económicas da República da Guiné-Bissau - REMOE-GB-UEMOA. Indicou que o projeto contava com a parceria do Ministério da Mulher e tinha como objetivo formar 10.000 mulheres guineenses. Explicou que para tal seriam formadas 300 formadoras com capacidade para replicar formação e que o âmbito da ação seria combater o desfavorecimento da mulher na Guiné-Bissau, em função da desigualdade enraizada por

conta de práticas culturais com forte prevalência no país. Destacou aqui a mutilação genital feminina, os casamentos precoces e a submissão da mulher em diferentes contextos fruto do sistema patriarcal ainda em prática. Por fim informou que o projeto solicitava 300.136,37€ ao Fundo Especial da CPLP.

O DC usou a palavra para explicar que, apesar da proposta de projeto fazer uma boa contextualização internacional e da realidade da Guiné Bissau, concretamente, no que tocava à necessidade da capacitação/formação de mulheres, o documento apresentado carecia de enquadramento com as políticas da CPLP, nomeadamente no que toca ao PECIGEM e ao Plano de Ação aprovado em Díli, em 2016.

Destacou ainda algumas questões mais técnicas relativas à formulação do projeto, designadamente:

- A lógica da intervenção, uma vez que os resultados aparentavam ter uma abrangência mais lata que os objetivos;
- O modelo de financiamento previsto, pois era difícil compreender como era orçamentado 1.100.000€ para ações de formação;
- A indefinição da Metodologia, explicada de forma simplista, sem explicitar como seria a escolha do público-alvo e dos formadores, bem como o acompanhamento e monitorização após a formação e à interligação entre a formação;
- A falta de apresentação de capacidade comprovada pela Entidade Executora na área da formação/ capacitação;
- A Sustentabilidade e replicabilidade do projeto, na Guiné-Bissau ou noutros países;
- O enquadramento apenas feito para contemplar a Guiné-Bissau, o que não ia em linha com o habitual, salvo se se tratasse de um piloto.

Indicou ainda o facto do pedido ser para um cofinanciamento, tendo este formato sido avaliado negativamente na XXX RPFPC, aquando da apreciação do projeto apresentado pela AMI, destinado à região de Quinara, na Guiné-Bissau.

O PFC PT felicitou a Guiné-Bissau pela apresentação do projeto, sobretudo por se tratar de uma área a que Portugal atribuía a maior importância, e que se refletia no financiamento que Portugal alocava à mesma. Realçou ainda que Portugal vinha sendo ativo em colaboração com o FNUAP, no apoio à Guiné-Bissau, em diferentes atividades nesta matéria. Tendo o projeto sido circulado de forma tardia não tinha havido tempo para análise do mesmo e que por conseguinte, efetuar consultas.

O PFC GB destacou a ligação do projeto com a CPLP e com os ODS, bem como a sustentabilidade da ação e os seus efeitos multiplicadores, dada a inserção do público-alvo na sociedade e a importância da mulher na família, estrutura basilar da sociedade guineense. Frisou que se tratava de uma ONG com capacidade financeira, tendo um montante elevado que seria disponibilizado para o projeto. Aditou que o Ministério da Mulher também contribuirá, através da afetação de recursos. Esclareceu ainda que no que

dizia respeito à seleção dos formadores, havia critérios a definir e que seriam selecionadas pessoas qualificadas.

5.2 Deliberação de aprovação

Seguindo proposta de metodologia sugerida pelo Diretor de Cooperação para que os Pontos Focais de Cooperação pudessem ter presentes as disponibilidades financeiras no momento de aprovação das atividades, foi projetada uma grelha de disponibilidades financeiras e a relação de projetos.

Nesta grelha, considerou-se não só os projetos apresentados no ponto anterior mas também aqueles projetos aprovados na XXXIII RPFC que ainda aguardavam financiamento. Reafirmou-se que o saldo disponível à data para consideração da XXXIV RPFC seria de 263.250,13€, sendo que este valor correspondia a:

- Valor Remanescente de 2015 = 120.154,23
- Valor Recursos Livres de 2016 = 101.159,79
- Juros Apurados 2016 = 41.936,11

Aditou-se que a este valor poderia ainda crescer o saldo de projetos terminados em 2016, designadamente o Programa CPLP nas Escolas (46.450,35€) e a atividade Manuais Arquitetura Timor-Leste (4.971,15€), totalizando 51.421,50€. Estes valores ficariam assim disponíveis para o financiamento de novas atividades.

Tendo tido a concordância dos presentes, somou-se então este valor ao saldo disponível para o financiamento de atividades da XXXIV RPFC. O total considerado disponível para financiamento seriam 314.671,63€.

Seguiu-se um debate entre o PFC relativamente à ordem de prioridades a seguir na alocação de financiamento, previamente à tomada de decisão sobre os novos projetos apresentados. Foi considerado que a afetação de recursos deveria ocorrer em primeira instância para os projetos já aprovados em RPFC anteriores, procurando garantir a coerência das decisões tomadas previamente.

Foi esclarecido que o projeto do INEP já se encontrava financiado em função da decisão da XXXIII RPFC que havia alocado uma parte de recursos do montante disponível nessa reunião e uma outra do “Fundo da Guiné-Bissau”.

Assim, no que se refere aos projetos aprovados em RPFC anteriores, restava apenas o projeto TCTC: Terminologias Científicas e Técnicas Comuns da Língua Portuguesa. Sob proposta do PFC PT, secundada pelo PFC GB e pelo representante de ANG, os PFC decidiram alocar o valor em falta para este projeto, a ser implementado pelo IILP, num total de 92.985,25€.

Assim, o primeiro “novo” projeto a ser apreciado foi o **Plano de Ética no Desporto na CPLP**, tendo o DC sugerido categoria de decisão 2, recordando a intervenção do Brasil aquando da apresentação do mesmo.

O PFC PT considerou ser necessário um compromisso mais firme e pleno por parte dos Diretores Nacionais, acrescentando que não estava claro a disponibilidade de recursos e a vontade política por parte dos países para constituição dos núcleos de coordenação nacional. Apelou a que todos os PFC sensibilizassem as entidades nacionais para que pudesse existir esse compromisso. Disse ainda que apoiava o projeto mas com a categoria de decisão 2.

O DC propôs que fosse aprovado com a categoria de decisão 2, ficando o Secretariado Executivo a aguardar cartas de compromisso dos Diretores Nacionais para em seguida proceder a uma consulta aos PFC. O financiamento de 59.360€ ficou alocado a esta Atividade.

Em seguida foi alvo de apreciação pelos PFC o financiamento de um **Projeto da Campanha Juntos contra a Fome**, seguindo a decisão da XXXII RPFC de que a RPFC pudesse deliberar pela aprovação de um projeto da Campanha a cada RPFC, recordando a apresentação feita dos dois projetos com a mesma pontuação, um para a Guiné-Bissau e outro para Cabo Verde.

Após um debate entre os PFC, do qual sobressaiu a dificuldade em escolher entre os dois projetos, o PFC PT relevou a importância das questões de género abordadas no projeto de Cabo Verde, manifestando a sua preferência pelo financiamento daquele projeto.

Não havendo objeção por parte dos restantes PFC, e com a anuência da Guiné-Bissau, foi aprovado o financiamento para o projeto “Técnicas de produção, transformação e conservação de produtos agropecuários e empreendedorismo” da Plataforma das ONG de Cabo Verde num total de 37.100€.

Seguidamente foi colocada à consideração dos PFC a ação pontual: **IV Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa**.

O PFC PT considerou a iniciativa muito relevante, destacando que só por via do reforço dos esforços de educação ambiental seria possível mudar mentalidades e padrões de comportamento de consumo, e o seu alinhamento com a Agenda 2030. Destacou ainda o facto deste Congresso se realizar numa Reserva mundial de Biosfera da UNESCO e num SIDS, a Ilha do Príncipe. Avançou que a Secretaria Geral do Ministério do Ambiente já havia manifestado a intenção de contribuir com 27.000€, a partir de fundos existentes no FE, aos quais o Camões, I.P. acrescentaria uma contribuição de 10.000€, advinda do montante dos recursos com reserva de consignação futura. Deste modo Portugal contribuiria com um total de 37.000€ para a iniciativa.

A PFC BR concordou com o mérito da iniciativa mas indicou que necessitaria de obter uma confirmação junto das entidades nacionais pertinentes, pelo que solicitou que tal

fosse considerado na categoria de decisão. O DC propôs que o financiamento restante fosse alocado ao projeto (50.640€), tendo recebido a aprovação dos PFC.

Tendo presente a consideração do Brasil, o DC propôs ainda que o projeto fosse aprovado com categoria de decisão 2, ficando a aguardar consultas por parte do Brasil para se efetivar o protocolo com a entidade executora.

Após esta deliberação, foi colocada à consideração dos PFC a ação pontual: **CPLP por um Mar Limpo**, tendo o DC destacado que se tratava de uma iniciativa desenhada em conjunto com SECPLP e que estava alinhada com agenda internacional, designadamente o ODS 14. Recordou que se tratava de uma iniciativa que pretendia somar ao Congresso Internacional de Educação Ambiental e que, como tal, apenas seria necessário um recurso diminuto para que a atividade pudesse ser viabilizada.

O PFC PT transmitiu o seu apoio à iniciativa, sendo uma área de inquestionável importância para a CPLP e para os Estados Membros mas ressaltou que tendo a proposta circulado em momento próximo da reunião em apreço, que aguardava ainda parecer do Ministério do Mar para que pudesse dar o aval à mesma. Propôs que fosse aprovada com a categoria de decisão 2.

A mesma situação aplica-se ao Brasil, considerando-se não haver tido tempo hábil para as consultas pertinentes.

Havendo o consenso dos restantes PFC, esta Atividade foi aprovada com categoria de decisão 2 e um financiamento de 5.363€.

Por fim foi observado o Projeto **Formação para a Inclusão Feminina “É Hora”**, tendo o PFC GB destacado a dimensão sub-regional da iniciativa e a relevância de que pudesse haver um sinal forte da CPLP para com o projeto que permitiria à GB depois completar o financiamento.

O PFC PT felicitou a Guiné-Bissau por trazer um projeto à RPFC e reiterou a pertinência que Portugal atribuía à área de intervenção do projeto. No entanto, necessitavam de efetuar consultas internas.

A PFC BR considerou que, sem prejuízo do mérito do projeto, seria necessário um aprimoramento da proposta, após a qual poderia haver um novo pronunciamento da RPFC. Destacou a falta de experiência da entidade, apenas criada em 2016.

O PFC GB esclareceu que, embora a entidade fosse recente, as pessoas responsáveis, que iriam implementar o projeto, tinham grande experiência.

A PFC GE levantou a questão do número de países beneficiados, se seriam todos ou apenas a Guiné-Bissau, notando que lhe fora comunicado que os projetos deveriam envolver 3 Estados Membros.

O DC notou a pertinência de que pudesse ser considerado um financiamento da RPFC como *capital semente* para que a Guiné-Bissau pudesse procurar outros financiamentos. Nesse sentido poderia ser tomada uma decisão que se adequasse.

O PFC PT propôs que fosse aprovado com categoria de decisão 3, com a ressalva que permitisse desde já deliberar um montante a ficar cativo até à reformulação do projeto.

Foi então proposta categoria 3 com a ressalva que o projeto fosse apresentado numa versão reformulada. O montante aprovado para financiamento foi de até 35.000€.

Os PFC decidiram ainda alocar fundos para um seminário de reflexão da RPFC, para dar resposta aos desafios que o exercício de reflexão vinha levantando. Considerando um orçamento estimativo de 40.000€, os PFC decidiram realocar o montante existente para o "Seminário avaliação do Impacto Estratégico e Sustentabilidade da Coop. CPLP nas Áreas Sociais", que dispunha de 21.115,53 € e aprovar o financiamento do restante montante, 19.000€.

DELIBERAÇÃO Nº 3

- Foram aprovados pela XXXIV RPFC as seguintes atividades:
 - Projeto Plano de Ética no Desporto na CPLP, aprovado com a categoria de decisão 2, ficando o Secretariado Executivo a aguardar cartas de compromisso dos Diretores Nacionais para em seguida proceder a uma consulta aos PFC. Ficou alocado a esta Atividade o financiamento de 59.360€
 - Projeto da Campanha Juntos contra a Fome, "Técnicas de produção, transformação e conservação de produtos agropecuários e empreendedorismo" da Plataforma das ONG de Cabo Verde num total de 37.100€;
 - Ação Pontual IV Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa, aprovado com categoria de decisão 2, ficando a aguardar consultas por parte do Brasil, com o financiamento alocado ao projeto no valor de 50.640€. A este montante será adicionada uma contribuição de Portugal no valor de 37.000€, dos quais 27.000€ com origem na Secretaria Geral do Ministério do Ambiente e 10.000€ oriundos de recursos depositados por Portugal no Fundo Especial com reserva de consignação futura;
 - Ação Pontual CPLP por um Mar Limpo, aprovada com categoria de decisão 2 e um financiamento de 5.363€, ficando a aguardar consultas internas de Portugal e do Brasil;
 - Projeto de Formação para a Inclusão Feminina - Projeto "É Hora" aprovado com a categoria 3 com a ressalva que o projeto fosse apresentado numa versão reformulada. O montante aprovado para financiamento foi de até 35.000€.
- Os PFC decidiram ainda alocar fundos para um seminário de reflexão da RPFC, realocar o montante existente para o "Seminário avaliação do Impacto Estratégico e Sustentabilidade da Coop. CPLP nas Áreas Sociais", que dispunha de 21.115,53 € e aprovaram o financiamento do restante montante, num total de 19.000€.

O total de recursos aprovados para as atividades pode ser resumido na tabela abaixo:

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES	Orçamento solicitado ao FE	Valor em Falta	Total alocado aos projetos da XXXIV RPFC	Outras Contribuições
Terminologias TCT (1ª fase)	129.936,00	92.985,25	92.985,25	-
Plano de Ética no Desporto na CPLP	59.360,00	59.360,00	59.360,00	-
Campanha Juntos contra a Fome	37.100,00	37.100,00	37.100,00	-
IV Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa	60.640,00	60.640,00	50.640,00	10.000,00
CPLP por um Mar Limpo	5.363,60	5.363,60	5.363,60	-
Formação para a Inclusão Feminina - Projeto "É Hora"	300.136,37	300.136,37	35.000,00	-
Oficina de reflexão RPFC - "Seminário avaliação do Impacto Estratégico e Sustentabilidade da Coop. CPLP nas Áreas Sociais"	40.000,00	18.884,47	19.000,00	-
TOTAL	632.535,97	574.469,69	299.448,85	10.000,00

A Grelha de Deliberações da XXXIV Reunião de Pontos Focais de Cooperação, consta em anexo a este Relatório como **Anexo VI**.

6. Coordenação com as áreas sectoriais - articulação nacional: acompanhamento de atividades e projetos

6.1 Nova Visão Estratégica da CPLP (2016-2026)

No seguimento da aprovação da Nova Visão Estratégica pela X Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, o Secretariado Executivo informou estar a preparar um documento de operacionalização da Visão que deverá ser submetido à aprovação do Conselho de Ministros. Nesse sentido, o Secretariado Executivo observou que a RPFC se encontra em posição de apreciar e comentar esta proposta base de mecanismo de operacionalização, até porque se antecipa que a RPFC venha a desempenhar um papel ativo na sua concretização.

Informou em seguida sobre a metodologia que irá ser proposta e ideias e princípios subjacentes:

- Cada órgão deve identificar, promover e avaliar o impacto das iniciativas pertinentes à prossecução dos objetivos estabelecidos no documento "Nova Visão Estratégica";
- Tal não implica novas estruturas ou Grupos de Trabalho, mas sim o incluir a operacionalização da Nova Visão na sua agenda de trabalhos dos diferentes atores (órgãos/instituições/entidades);
- Este esforço deve procurar convergência nas iniciativas, recordando que não se pretende "reconstruir" a CPLP;

- A definição de modelo/formulário único de reporte, para transmissão ao SECPLP da informação sobre o que está a ser feito, tendo em conta que é incumbência do Secretariado Executivo a compilação, tratamento, consolidação e apresentação de toda a informação ao Conselho de Ministros.

Os representantes de Angola e Portugal realçaram a importância do envolvimento dos PFC na implementação da Visão Estratégica.

6.2 Quadro de Previsão das Reuniões Ministeriais Setoriais 2017/2018

Foi apresentado um quadro com uma previsão das Reuniões que se encontravam previstas para 2017, no sentido que os PFC pudessem sensibilizar as suas estruturas para o calendário e que pudessem até ao final do mês de Abril obter a confirmação dos PF setoriais conforme listagem disponibilizada pelo SECPLP (**Anexo VII**).

O DC referiu ainda que havia sido disponibilizado aos PFC uma listagem dos nomes e contactos dos Pontos Focais Setoriais de cada país e solicitou que cada PFC revise a listagem e remetesse alterações que devessem ser tidas em conta.

A Coordenadora alertou que algumas das datas poderiam ainda sofrer atualizações.

6.3 Resultados da Reunião de Pontos Focais para constituição de uma Rede ODS

A representante da Missão do Brasil fez um breve resumo desta reunião que antecederia a XXXIV, de onde destacou os seguintes encaminhamentos aprovados na mesma:

- Todos os Estados membros deverão identificar os seus Pontos Focais para os ODS até ao final do mês de abril de 2017;
- O Brasil irá encaminhar o questionário inicial reeditado, com uma proposta de cronograma geral de trabalhos;
- Será feita uma interação com a área estatística da CPLP para que os resultados da 8ª Conferência Estatística da CPLP, particularmente no que diz respeito à incorporação dos ODS, sejam partilhados na próxima reunião de PF ODS da CPLP;
- No quadro do Mecanismo de Facilitação de Tecnologias, o Brasil elaborará uma proposta de ficha para identificação de tecnologia, numa lógica de oferta e demanda;
- Procurar-se-á realizar 2 reuniões sobre o tema ODS na CPLP: uma à margem do Fórum Político de Alto Nível, Nova Iorque, entre 10 e 19 julho de 2017; e outra à margem do Conselho de Ministros da CPLP.

6.4 Segurança Alimentar e Nutricional

6.4.1 - II Reunião Extraordinária do CONSAN-CPLP, junho de 2017, Brasília

A II Reunião Ordinária do CONSAN-CPLP deveria ter-se realizado em Brasília, no âmbito da X Cimeira de Chefes de Estado e de Governo. Em função de questões conjunturais, o SECPLP informou que o Brasil decidiu que a Reunião Extraordinária do CONSAN-CPLP teria lugar no primeiro semestre de 2017, estando prevista, ainda não oficialmente, para 6-8 de Junho.

Informou, ainda que se haviam realizado já 2 reuniões, a última das quais em novembro de 2015, em Timor-Leste. O Plano de trabalho aprovado nessa reunião, e revisto em agosto de 2016, foi executado no quadro das atividades cujo financiamento estava identificado.

Do Plano de Trabalho em curso destacou-se a conclusão do Exercício de elaboração das Diretrizes de Apoio e Promoção da Agricultura Familiar nos Estados-membros da CPLP e a realização do FAFSAN-CPLP.

O SECPLP informou ainda que aguarda um sinal das autoridades brasileiras para iniciar as concertações necessárias ao lançamento das atividades preparatórias da Reunião Extraordinária do CONSAN-CPLP.

A PFC Portugal informou que o ponto focal não setorial não tinha qualquer indicação da área setorial sobre o tema, nomeadamente das datas de realização da referida Reunião.

A Coordenadora notou que só uma semana antes tinha sido possível chegar a um consenso quanto à data.

6.4.2 - Campanha “Juntos contra a Fome”

No âmbito da Campanha “Juntos Contra a Fome” (JcF), o SECPLP informou que têm vindo a ser promovidas um conjunto de iniciativas que pretendem envolver e sensibilizar a sociedade civil. Denota-se, em especial, o envolvimento dos artistas (músicos, pintores, escultores na Campanha).

6.4.2.1 - CD “O Hino” da Campanha Juntos contra a Fome

O CD “O Hino” é uma obra que congrega o hino da Campanha, na sua vertente vocal, com solistas representativos de todos os Estados membros e faixas do reportório de cada solista, identificada pelo próprio e emprestada a este trabalho ao abrigo dos respetivos direitos autorais. A data para o lançamento do CD será articulada entre o SECPLP e a Razão d’Arte, Associação Cultural de Artistas da CPLP e atuará como uma ferramenta da divulgação da Campanha e do trabalho dos artistas da CPLP que se associaram à iniciativa.

6.4.2.2 - IV Corrida Juntos contra a Fome, julho 2017

A IV edição da Corrida Juntos contra a Fome foi agendada com a CMC para 16 de julho de 2017 e deveria seguir o mesmo modelo de trabalho utilizado em 2016. Nesta ótica, a entidade executora deverá buscar os apoios necessários à viabilização da realização do evento. Assim, todos os recursos provenientes das inscrições dos participantes deverão reverter para o apoio aos projetos constantes do portfólio de iniciativas da Campanha. Esperava-se, ainda, que a 4ª Corrida fosse associada ao programa da X Conferência de Ministros da Juventude e Desportos da CPLP, presidida por Portugal e que terá lugar em Caminha a 22 de julho.

6.4.2.3 - Acervo “Artistas Unidos Contra a Fome” - Leilão do Acervo de obras doadas

A constituição de um acervo de obras de arte que constituem a Exposição “Artistas Unidos contra a Fome” foi uma das iniciativas instituídas no âmbito da Campanha JcF. A venda do conjunto de obras doadas por artistas provenientes de todos os Estados-membros da CPLP pretende ajudar a viabilizar a realização dos projetos acima referidos. A Exposição “Artistas Unidos contra a Fome” já foi apresentada em Sesimbra (dezembro 2014), Lisboa (maio 2015), Estoril (junho 2015), Faro (setembro 2015), Aljezur (fevereiro 2016), Almodôvar (abril 2016), Lisboa - Assembleia da República (outubro de 2016) e Lisboa - Escola Superior de Tecnologia da Saúde, do Instituto Politécnico de Lisboa (Março-abril de 2017). O Acervo ora constituído terá duas últimas exposições - em Cascais (julho 2017) e em Lisboa, UCCLA (Setembro 2017). Pretende-se efetuar um leilão das obras não vendidas, no final do mês de setembro de 2017. Para reverter projetos campanha.

6.5 Trabalho e Assuntos Sociais

6.5.1 - IV Conferência Global sobre Trabalho Infantil, novembro de 2017, Argentina

A Reunião informal de Ministros do Trabalho e Assuntos Sociais da CPLP, realizada em Genebra, 8 de Junho de 2016, atribuiu ao Secretariado Executivo da CPLP a preparação da proposta de declaração conjunta da CPLP à IV Conferência Global sobre o Trabalho Infantil, a ter lugar de 14 a 16 de novembro de 2017, em Buenos Aires, Argentina.

À semelhança da Declaração Conjunta de 2013, submetida à III Conferência Global sobre o Trabalho Infantil, o SECPLP partilhará este exercício com os Pontos Focais do Trabalho Infantil, envolvendo desta vez, numa dimensão tripartida, as organizações patronais e de trabalhadores. A reunião foi informada que a Argentina estava a dialogar com o Brasil sobre a estratégia e metodologia para acolhimento do evento.

6.6 - Mares e Oceanos:

6.6.1 - I Feira do Mar da CPLP

Do plano de ação, aprovado pela III Reunião Ordinária de Ministros dos Assuntos do Mar da CPLP, Díli, 18 de maio de 2016, consta a realização bienal de uma Feira do Mar da CPLP a realizar durante o biénio do Estado Membro que preside a organização, tendo sido nessa ocasião decidido que a I Feira do Mar seria da responsabilidade de Portugal. Tratando-se de uma iniciativa de relevo para a organização, e não tendo até à data o SECPLP recebido informação sobre a realização desta I edição da iniciativa, procurou o SECPLP obter um ponto de situação sobre o assunto.

A PFC PT informou que estava previsto que a Feira se realizasse no dia 7 setembro de 2017, no âmbito do encontro internacional que Portugal iria acolher, designado como o Encontro dos Oceanos (*Oceans Meeting*). Avançou ainda que no âmbito deste evento, era previsível que Portugal convocasse uma Reunião Extraordinária dos Ministros dos Assuntos dos Mares da CPLP.

6.6.2 - Portal dos Oceanos da CPLP

O plano de Ação, aprovado pela III Reunião Ordinária de Ministros dos Assuntos do Mar da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa, Díli, 18 de maio de 2016, estabeleceu a criação de um Portal dos Oceanos, devendo para tal os EM comunicar os seus PF para esta iniciativa tendo em vista a “Compilação de informação e de dados relevantes para o conteúdo do Portal Eletrónico” para que seguidamente o SECPLP e Timor-Leste possam proceder à organização da informação recolhida e iniciar a construção do Portal Eletrónico. Em Fevereiro de 2017, Timor-Leste comunicou que já foi aprovado o orçamento, pelo que deverá ser possível avançar para a construção do Portal a breve trecho. Assim, o SECPLP apelou para que os EM possam comunicar os seus PF com urgência. Até à data apenas Brasil e STP indicaram os respetivos PF.

6.7 Ambiente

6.7.1 8º Fórum Mundial da Água, Brasília, 2018

O 8.º Fórum Mundial da Água decorrerá em Brasília, de 18 a 23 de Março de 2018 e será a 1ª edição deste evento internacional numa cidade do Hemisfério Sul, tendo como Tema geral: “Compartilhando a água”, e como objetivo de dimensão global, a reflexão aprofundada sobre o reforço do tema Água nas Nações Unidas (UN-Water).

A iniciativa de “mobilização da CPLP rumo ao 8º Fórum”, resulta de uma articulação a Agência Nacional de Águas do Brasil (ANA) e o Ministério do Ambiente de Portugal, que identificaram este evento, como uma oportunidade única para que os países de língua oficial portuguesa possam reforçar a sua cooperação no domínio dos recursos hídricos e dar maior visibilidade ao seu trabalho neste âmbito.

O Engenheiro Luiz Amore, da ANA, realçou a importância do 8º Fórum Mundial da Água para o avanço da agenda hídrica em todos os Estados Membros, sobretudo em função das alterações climáticas. Fez uma apresentação geral da iniciativa explicando o processo temático, regional e o funcionamento do Conselho Mundial Água que está por detrás da iniciativa. Considerou que estaria prevista realização de um grande evento, com participação qualificada e que possa trazer resultados palpáveis e as respostas exigidas pelo momento atual da gestão hídrica dos Estados Membros da CPLP e de todo o mundo.

O DC propôs que se pudesse juntar ao Fórum um estudo de caso sobre a CPLP. Recordou a questão de se realizar uma reunião que permitisse rever o projeto de gestão e monitoramento dos recursos hídricos.

A Coordenadora explicou que a proposta do Brasil seria a realização de uma reunião na sede da CPLP, com 2 participantes de cada país para iniciar o processo de concertação política, indicando que a proposta seria circulada assim que possível mas que a ideia seria realizar a reunião no SECPLP por volta do final de maio.

A PFC PT informou que Portugal e Brasil, enquanto países responsáveis pelo tema da cooperação em matéria de recursos hídricos no contexto da Plataforma de Cooperação da CPLP, vinham concertando esforços no sentido de desenvolver iniciativas que pudessem contribuir para a mobilização dos Estados Membros da CPLP para aquele fórum, tendo Portugal iniciado internamente, a mobilização de verbas para financiamento essas atividades. Acrescentou que as mesmas ainda estavam a ser trabalhadas internamente pelos dois países, no entanto, e no caso português, comunicou que a Secretaria Geral do Ministério do Ambiente efetuara já uma doação para o Fundo Especial da CPLP de cerca de 70.000€ destinados à mobilização da CPLP para o WWF8. Prosseguiu relatando que as atividades de mobilização da CPLP para o Fórum estavam, no caso de Portugal, integradas num conjunto mais amplo de atividades que Portugal estava a desenvolver, tendo em vista a sua própria participação no referido Fórum.

A esse respeito referiu que o Ministro do Ambiente lançara o projeto “Portugal Rumo a Brasília 2018”, tendo nomeado o Eng.º Jaime Melo Baptista, do LNEC, como Comissário Geral da participação portuguesa ao referido Fórum e constituído uma Comissão de Acompanhamento do Projeto, que, para além do referido Comissário era composta pela Secretaria Geral do Ministério do Ambiente, Agência Portuguesa do Ambiente e empresa Águas de Portugal internacional. Desenvolveu ainda que decorreria no mês de Abril, uma reunião de *stakeholders* do Fórum Mundial da Água, em que Portugal participaria e em que reuniria também com a Agência Nacional de Águas do Brasil a fim de aprofundar e coordenar as atividades a desenvolver no contexto da CPLP. Partilhou finalmente um conjunto de informações sobre as atividades concretas a desenvolver:

- Organização, em Lisboa, entre maio e julho de uma Reunião de Diretores Gerais da Água da CPLP para debate em torno da matriz temática do Fórum e da implementação do SDG 6, do qual poderia resultar um contributo da CPLP para o Fórum Mundial da Água;
- Validação política desse contributo pelos Senhores Ministros do Ambiente/Água na Reunião de Ministros de Brasília (2.º Semestre de 2017);

- Participação de participantes da CPLP (a nível ministerial e de decisores técnicos) no Fórum Mundial da Água, em Brasília;
- Conceção de um programa de eventos da CPLP no próprio Fórum.

O Eng. Luiz Amore, da ANA sublinhou a importância do envolvimento de cada PFC com os pontos focais técnicos dos países e disse que a ANA daria apoio à realização da atividade.

6.7.2 Primeiro *workshop* do Segmento Lusófono da Parceria para MRV (“MRV Partnership”), 19-21 junho, Sede CPLP

A 1ª oficina do Segmento Lusófono da Parceria para MRV deverá acontecer de 19 a 21 de junho na Sede da CPLP, e deverá debruçar-se sobre metodologias para o cumprimento das obrigações de comunicação e transparência assumidas no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e Acordo de Paris. A agenda desta oficina foi discutida numa reunião informal, entre os Pontos Focais da UNFCCC, durante a COP22 em Marraquexe, em novembro de 2016, tendo entre outros pontos de agenda, a criação do Núcleo Lusófono da Parceria para MRV, baseada em experiências do Núcleo Francófono, que deverá promover o intercâmbio de experiências entre pares sobre questões identificadas como prioritárias pelos seus membros, atendendo a especificidades dos países de língua portuguesa.

O representante de Moçambique solicitou esclarecimentos sobre quem estava a organizar a reunião.

A Coordenadora disse que vinham sendo envidados esforços para maior circulação das informações através de canais variados. Dessa forma, as comunicações seriam remetidas, tanto pela via bilateral como através do SECPLP.

O representante de Angola manifestou a preocupação sobre o fluxo da informação, sublinhando que deve ser circulada sempre pelas Missões junto da CPLP.

6.8 Comunicações e Governação Eletrónica:

6.8.1 - 8º Fórum das Comunicações da CPLP, 15-16 de fevereiro de 2017, Bissau

O 8º Fórum das Comunicações da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) foi organizado pela Associação de Reguladores das Comunicações e Telecomunicações da CPLP (ARCTEL-CPLP), pela Associação de TLDs de Língua Portuguesa (LusNIC) e pela Autoridade Reguladora Nacional - Tecnologia de Informação e Comunicação da Guiné-Bissau (ARN-TIC) e teve lugar nos dias 15 e 16 de fevereiro, em Bissau, na Guiné-Bissau.

O SECPLP informou que a Secretária Executiva da CPLP, Maria do Carmo Silveira, se fez representar no evento pelo assessor político-diplomático, António Alves Lopes.

O Fórum abordou durante dois dias, em três painéis, temas ligados a Implementação da agenda digital no espaço lusófono. "Porquê uma Agenda Digital para a CPLP", "As tecnologias de informação e comunicação como ferramentas transversais e facilitadoras de oportunidades e soluções para desenvolvimento" e "Que estratégias digitais para a CPLP", destacando-se a necessidade de união de esforços para se encontrar, uma visão estratégica comum na perspetiva de um desenvolvimento tecnológico sustentável da CPLP, projetando a organização e os seus membros como exemplos de boas práticas no domínio da sociedade de informação e governação eletrónica.

6.8.2 Agenda Digital da CPLP

Os Ministros das Comunicações da CPLP por ocasião da IX Reunião de Ministros das Comunicações da CPLP e os demais representantes institucionais dos Estados membros da CPLP assumem o compromisso com a elaboração de uma Agenda Digital para a CPLP, designando a ARCTEL-CPLP como entidade coordenadora para a sua elaboração. Até à presente data ainda não se conseguiu que todos os Estados membros identificassem os seus pontos focais.

Por outro lado, os Pontos Focais da Governação Eletrónica da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), reunidos em Malabo, em dezembro de 2016, decidiram promover, até ao final do primeiro semestre de 2017, uma Reunião Técnica entre os Pontos Focais de Governação Eletrónica da CPLP e os membros do Grupo de Trabalho para a Agenda Digital da CPLP, para partilha de boas práticas, troca de informações, alinhamento e coordenação estratégica.

6.8.3 Publicação “15 Anos de Governação Eletrónica na CPLP”

Dada a evolução registada nos últimos anos e o potencial das soluções de Governo Eletrónico para o futuro, O SECPLP informou sobre o processo em curso de preparação do livro “15 Anos de Governação Eletrónica na CPLP”. Esta publicação pretende avaliar o percurso feito, documentar e refletir sobre as suas etapas, confrontar soluções e realidades, partilhar lições, sucessos, fracassos e boas práticas. Este livro pretende divulgar no interior da CPLP, mas também num mais vasto contexto internacional, ao nível da investigação académica e das práticas da Administração Pública, a experiência da CPLP e dos Estados Membros no processo de formulação de políticas, estratégias e legislação, bem como no planeamento e implementação de soluções de EGOV.

Os pontos seguintes, acompanhados pela DACLP não foram alvo de reporte aos PFC durante a XXXIV RPF, por ausência da sua coordenação.

- 6.9 Educação, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia
 - 6.9.1 Repositório Científico da CPLP
 - 6.9.2 Produção de Estatísticas da Educação da CPLP
 - 6.9.3 Glossário Técnico de Educação e Formação da CPLP
 - 6.9.4 Brochura CPLP Educação
- 6.10 Cultura

6.10.1 Programa de Fomento à Produção e Difusão de Conteúdos Audiovisuais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – Programa CPLP Audiovisual

6.11 Saúde

6.11.1 IV Reunião Ordinária da RINSP-CPLP, 22 de abril de 2017, Lisboa

No sentido de dar continuidade às Reuniões Técnicas realizadas em 2016, e aproveitando a realização do 4º Congresso Nacional de Medicina Tropical, no IHMT, em Lisboa (19 a 21 de abril de 2017), o SECPLP informou que se realizará a 22 de abril de 2017, a IV Reunião Ordinária da RINSP-CPLP. Esta reunião tem como objetivo fazer o ponto de situação sobre as atividades dos INSP membros da Rede e proceder à revisão e reajustamento do seu Plano de Trabalho para 2017-2020, para que o mesmo Plano seja aprovado na IV Reunião de Ministros, em Outubro de 2017.

6.11.2 4º Congresso Nacional de Medicina Tropical, 19 a 21 de abril de 2017, Lisboa

O SECPLP informou que o Instituto de Higiene e Medicina Tropical organiza o 4º Congresso Nacional de Medicina Tropical e o 1º Encontro Lusófono de SIDA, Tuberculose e Doenças Oportunistas, de 19 a 21 de abril. O CNMT é um evento bienal que reúne cientistas e especialistas dos EM da CPLP, da Europa e de todo o mundo, sendo o mais importante congresso sobre saúde global e medicina tropical em Portugal. O principal objetivo desta edição é estabelecer uma plataforma para debater temas e doenças cosmopolitas com especificidades próprias em países tropicais, nomeadamente a Sida, a Tuberculose e as Doenças Oportunistas.

6.11.3 1ª Oficina de Monitoramento Terapêutico de Antimaláricos e Vigilância de Resistência a Antimaláricos”, 21 a 24 de março de 2017, Petrópolis

O SECPLP informou que esta Oficina se realizou entre os dias 21 e 24 de março de 2017, tendo sido promovida pelo Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas/INI / Fiocruz, em parceria com a Coordenação Geral dos Programas Nacionais de Controle e Prevenção da Malária e das Doenças Transmitidas pelos AEDES – (CGPNCMD) do Ministério da Saúde do Brasil (sede do Palácio Itaboraí, em Petrópolis). O Ministério da Saúde do Brasil, com a cooperação da OPAS, apoiou financeiramente a participação de representantes das instituições da CPLP, com exceção de Timor-Leste que declinou do convite.

A PFC PT informou que o **2.º Congresso de Controlo de Qualidade Laboratorial para Países de Língua Portuguesa, iria ter lugar no Porto, nos dias 12 a 14 de outubro;**

- O Congresso é organizado pelo Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I.P, em colaboração com a Sociedade Brasileira de Análises Clínicas (SBAC), com a Ordem dos Farmacêuticos, e com o apoio da Ordem dos Médicos e da Ordem dos Biólogos;

- Este congresso, cuja primeira edição teve lugar no Rio de Janeiro (Brasil) em junho de 2015, constituiu um evento de importância impar na área do controlo da qualidade laboratorial em Portugal contando com a colaboração técnico-científica do Programa Nacional de Avaliação Externa da Qualidade (PNAEQ) e com a participação ativa de representantes da Comunidade dos Países de Língua oficial Portuguesa (CPLP).
- O objetivo principal é promover o debate com vista à harmonização de procedimentos e metodologias de controlo da qualidade, definir critérios de desempenho laboratorial, especificações e indicadores da qualidade conducentes à melhoria do diagnóstico laboratorial que viabilizem às instituições um nível superior de eficiência e traduzam um benefício direto para a população em geral de todos os países envolvidos.

6.12 Turismo

6.12.1 V Reunião Extraordinária dos Pontos Focais de Turismo da CPLP, 14 de março de 2017, Lisboa

Aproveitando a presença de técnicos dos Ministérios do Turismo dos Estados-membros, em Lisboa, por ocasião da Bolsa de Turismo de Lisboa, o SECPLP convocou a V Reunião Extraordinária do Turismo, onde estiveram presentes os Pontos Focais do Turismo do Brasil, Guiné Bissau e Portugal, estando os outros EM representados por delegados das missões diplomáticas em Lisboa.

A reunião teve como principais objetivos, fazer um balanço da implementação do Plano de Ação de Díli, (2015-17), destacando-se as iniciativas: Portal do Turismo e o desenvolvimento do Plano Estratégico de Cooperação em Turismo (PECT), e iniciar os preparativos da IX Reunião Ministerial, com data de realização proposta por Brasil a 28 e 29 de junho, na Foz de Iguaçu, em parceria com o Festival das Cataratas (3º maior feira de turismo do Brasil). De realçar que, na sequência da reunião, o Brasil ofereceu o apoio técnico para redação da Versão 1 do PECT, já alinhado com os ODS, que deverá ser discutido ainda antes da IX RMT.

6.12.2 Ano Internacional das Nações Unidas: 2017 “ Turismo Sustentável para o Desenvolvimento”

No âmbito do ano proclamado pelas Nações Unidas de 2017, o Ano Internacional do Turismo Sustentável para o Desenvolvimento, e aproveitando o “momento” e a atenção internacional para o sector do turismo, o SECPLP, apresentou uma proposta de atividade a realizar em colaboração com os Pontos Focais Sectoriais, que procura ampliar a compreensão e conscientização da importância do turismo para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na CPLP. Trata-se da construção de um Retrato dos 9 Estados Membros, com base num breve guião de perguntas, dirigidas aos Ministros da tutela, sobre o potencial deste sector para o desenvolvimento de sociedades mais justas e sustentáveis. Espera-se que possa haver uma conjugação de fatores para que Plano Estratégico seja construído de forma balanceada.

A Coordenadora afirmou ser importante que de uma forma prática se estivesse mais perto dos PF setoriais em exercícios como estes, sobretudo aquando da definição de planos estratégicos, para poder alinhar estratégias e ajudar a balizar expectativas e construir objetivos realistas e exequíveis.

6.13 Igualdade de Género e Empoderamento da Mulher

O SECPLP recordou o Plano Estratégico para a Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres – o PECIGEM, aprovado pela CPLP em 2010, que exprime a vontade política de colocar a Equidade de Género como domínio essencial na ação e de cooperação da Comunidade tornando-a mais transversal. Assim, lembrou que, em maio de 2016, se realizou em Díli, um encontro de Ministras e Responsáveis pela Igualdade de Género e já em 2017, à margem da 61ª Sessão da Comissão do Estatuto das Mulheres, em Nova Iorque, um outro encontro informal.

6.13.1 Dia Internacional da Mulher, 8 de março de 2017, SECPLP

Em comemoração do Dia Internacional da Mulher, o SECPLP informou que organizou uma mesa-redonda sobre a temática “A Migração Feminina na CPLP: das Oportunidades às Concretizações – Discursos na Primeira Pessoa”.

7. Pontos de Informação:

7.1 Iniciativa Economia Criativa como estratégia de desenvolvimento nos PALOP e Timor-Leste (ACEP)

A apresentação deste ponto esteve a cargo da ONGD Portuguesa ACEP (Associação para a cooperação entre os Povos), que transmitiu a sua experiência no âmbito do seu estudo “Futuros Criativos - Economia e Criatividade em Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe”, que resulta de um projeto desenvolvido nesses três países com o objetivo de valorizar a inovação e a criatividade enquanto fatores de Desenvolvimento.

Este estudo procurou identificar e valorizar em cada um dos países-alvo os recursos e as soluções já disponíveis e tornar o seu conhecimento acessível. O projeto promove a troca de ideias, experiências, interrogações e sonhos, gerando confiança e criando cumplicidades num processo de auto/intercapacitação.

Este projeto é levado a cabo pela TINIGUENA (Guiné-Bissau), a Plataforma das ONG's em Cabo Verde e o Atelier Mar (Cabo Verde) e a Federação das ONG em São Tomé e Príncipe, com coordenação da ACEP e apoio financeiro da Fundação Portugal África e da Cooperação Portuguesa.

O DC afirmou que se tratava de um tema ao qual o SECPLP e os PFC deveriam estar atentos, em particular no que dizia respeito aos financiamentos da UE nessa matéria.

O PFC GB agradeceu a informação realçando no caso do seu país os constrangimentos sentidos face à ausência de um laboratório de certificação.

A representante da ACEP expressou a sua anuência e considerou que era um problema para a Guiné-Bissau sobretudo porque limitava a capacidade de exportação para mercados como Cabo Verde e Senegal.

7.2 Cooperação em ações de formação para 2017 relativas ao campo de ação da sociedade civil e o sistema das Nações Unidas para atores da sociedade civil, (SECPLP)

A 7 de Novembro de 2016, o SECPLP recebeu uma carta do ACNUDH pela qual o ACNUDH manifestou a sua intenção de promover ações de formação relativas ao espaço da sociedade civil e ao sistema das Nações Unidas para atores da sociedade civil e informou da tradução para português da publicação - O Campo de Ação da Sociedade Civil e o Sistema dos Direitos Humanos das Nações Unidas - Guia prático para a sociedade civil.

Considerando que o fortalecimento dos atores da sociedade civil assume grande relevância na defesa e promoção dos DH nos EM da CPLP e que será fundamental para avançar com a cooperação entre atores da sociedade civil nos Estados Membros da CPLP, o SECPLP comunicou o interesse em dar seguimento à iniciativa.

Face aos constrangimentos financeiros de ambas as instituições, o SECPLP pretenderá juntar esta iniciativa ao próximo encontro da Sociedade Civil, para procurar minimizar custos de deslocação, estando o ACDNUDH disponível para assegurar a participação de formadores.

Sessão de Encerramento

A PFC BR agradeceu o engajamento nos trabalhos de todas as delegações e considerou que o trabalho em curso permitira uma evolução clara na capacidade de atuação da RPF. Finalmente expressou o seu agradecimento ao SECPLP e aos membros da delegação brasileira que contribuíram para o êxito da reunião.

O DC agradeceu a colaboração e compreensão de todos os PFC com a intensa agenda de trabalhos proposta, tendo-se mostrado reconhecido pela confiança que continua a ser depositada no trabalho que vem sendo desenvolvido pela DIRCOOP.